TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ATOS DOS PRESIDENTES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

ATAS DAS SESSÕES 00007/2026 **Disponibilização: 25/09/2026 às 16h24m**

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 07/2026 –TJ

SESSÃO SOLENE DE INAUGURAÇÃO DO NOVO PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CONSELHEIRO BERNARDO MACHADO DA COSTA DÓRIA. Aos dezoito (18) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 17 horas, realizou-se a solenidade de inauguração do novo Plenário Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, a realizar-se no referido Plenário, em prédio anexo à sede do Tribunal, convocada mediante **Edital nº 354/2026**, de 14 de setembro de 2026, disponibilizado no Diário da Justiça de 14 de setembro de 2026. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores:** HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO - Presidente, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, LISETE DE SOUSA GADELHA, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, MARIA ILNA LIMA DE CASTRO, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, SILVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, EVERARDO LUCENA SEGUNDO, VANJA FONTENELE PONTES, FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA, ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES, BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA, DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES, FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO, CLEIDE ALVES DE AGUIAR, MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA, MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA, PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA, FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR, MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE, JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO, CID PEIXOTO DO AMARAL NETO (Juiz Convocado para compor temporariamente o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pelo período da licença médica da Desa. Rosilene Ferreira Facundo - Portaria nº 09/2026, DJEA 08/01/2026) e JOSÉ MARIA DOS SANTOS SALES (Juiz Convocado para compor temporariamente o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pelo período de férias do Des. Francisco Gladyson Pontes - Portaria nº 2102/2026, DJEA 03/09/2026). **Ausentes, por motivo de férias,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores FRANCISCO GLADYSON PONTES, MARIA EDNA MARTINS e MARIA MARLEIDE MACIEL MENDES. **Ausentes, justificadamente,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA e MIRIAM PORTO MOTA RANDAL POMPEU (Juíza Convocada para compor temporariamente o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pelo período de férias da Desa. Maria Marleide Maciel Mendes - Portaria nº 2102/2026, DJEA 03/09/2026)**. Ausentes, por motivo de licença médica,** as Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA e ROSILENE FERREIRA FACUNDO. A Procuradoria-Geral de Justiça fez-se representar pelo Dr. HERBET GONÇALVES SANTOS – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, sendo os trabalhos secretariados pelo Dr. NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO – SECRETÁRIO-GERAL JUDICIÁRIO. **1 –** Inicialmente os Excelentíssimos Senhores Desembargadores LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES, PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA e JOSÉ KRENTEL FERREIRA FILHO, suspenderam suas férias nesta data para participarem desta sessão. **2 –** Os Excelentíssimos Senhores Desembargadores

EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE e MARIA IRANEIDE MOURA SILVA que estão **afastados para o TRE/CE conforme Portaria Nº 1859/2026, DJEA 06/08/2026),** participaram desta Sessão. Preliminarmente, a mestre de cerimônias relatou, de forma breve, a projeção histórica da figura ilustre do Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, homenageado com a estampa de seu nome no espaço soberano do Poder Judiciário Alencarino, projetado para atender as demandas da justiça contemporânea. Referenciou e agradeceu a dedicação e o profissionalismo do corpo técnico responsável envolvido na consolidação do recinto e integração estrutural. Informou, outrossim, que os eventos do Egrégio Tribunal de Justiça seguem a Instrução Normativa nº 103, datada de 20 de agosto de 2024, instituindo o Programa de Acessibilidade e Inclusão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Comunicou, também, que a solenidade era de natureza inclusiva, tendo em vista que contava com a tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e Linguagem Simples. Referenciou, por fim, que o art. 28 da supramencionada Instrução Normativa recomendava obstar formalidades excessivas no protocolo cerimonial e, em seu parágrafo único, quedando-se dispensada a menção aos nomes das autoridades presentes, pelos integrantes da mesa ou dispositivo de honra já nominados pelo mestre de cerimônias. Integraram a mesa, as seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Presidente da mesa; Excelentíssimo Senhor RAFAEL MACHADO, Procurador-Geral do Estado, representando o Governador do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor HÉLIO LEITÃO, Procurador-Geral do Município, representando o Prefeito de Fortaleza; Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho PAULO REGIS MACHADO BOTELHO (Conselheiro do CNJ); Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, Presidente do TRE/CE; Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal LEONARDO COUTINHO, representando o Presidente do TRF - 5ª Região; Excelentíssimo Senhor HEBERT GONÇALVES SANTOS, Procurador-Geral de Justiça; Excelentíssimo Senhor Conselheiro JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor DAVID SOMBRA PEIXOTO, Vice-Presidente da OAB/CE, representando a Presidente da OAB/CE; Excelentíssimo Senhor LEANDRO SOUSA BESSA, Subdefensor Público Geral representando a Defensora Pública Geral do Estado do Ceará; Excelentíssima Senhora Juíza de Direito DANIELA LIMA DA ROCHA, Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua, em exercício; Excelentíssimo Senhor Juiz Federal GUSTAVO MELO BARBOSA, Vice-Diretor do Foro da Justiça Federal do Ceará e Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito JOSÉ HERCY PONTE DE ALENCAR, Presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM). Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará declarou aberta a Sessão de inauguração do novo Plenário Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória. Em seguida, todos foram convidados a ficar de pé para, em posição de respeito, ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manuel da Silva, interpretado pelo Coral do Tribunal de Justiça e pelo Coral Sou Cantor do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, sob a regência da maestrina Domízia Almeida, acompanhado pelo quarteto de cordas da Orquestra de Câmara Heitor Vila Lobos, composta pelos músicos Leonardo Ferreira e Leonardo Sidney no violino, João Levi e Pedro Lank na viola e de Alvanyr Silva no piano. Após, também, tivemos a execução do Hino do Poder Judiciário. Oportunamente, a Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará apresentou um documentário sobre a trajetória das obras e a modernização do novo plenário. *A posteriori*, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará se manifestou nos seguintes termos: "*Eminentes Pares! Minhas senhoras e meus senhores! Chegamos ao fim de uma longa travessia. Alcançamos um objetivo que se colocava muito distante. "Tanto mar, tanto mar...léguas a nos separar...tanto mar"..."mas certamente esqueceram uma semente em algum canto de jardim" e cá estamos, renitentes, com os velhos cravos guardados, e sentindo novamente "algum cheirinho de alecrim". Já vai longe o 5 de março de 2020. Segundo os registros de nossa Secretaria-Geral foi na tarde daquela "invernosa" quinta-feira em que o egrégio Tribunal Pleno desta Corte esteve reunido pela última vez, no então Plenário Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória. 2.388 (dois mil, trezentos e oitenta e oito) dias, exatamente, nos separam desde então ! Ao longo dessas milhares de rotações da terra em torno de seu próprio eixo, enfrentamos uma trágica pandemia que nos impôs o isolamento social desde 17 de março de 2020 e, em sequência, quando já retornávamos*

*gradualmente às atividades presenciais, fomos impactados, no fatídico 6 de setembro de 2021, pelo incêndio que consumiu as instalações do então "Palácio da Justiça Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra", a incluir o seu Plenário. Restou dele, tal qual nos lembra a Confidência do Itabirano, "apenas uma fotografia na parede". Diante do infortúnio, os sentimentos de tristeza e impotência se somaram, com o passar dos dias e a constatação sobre a extensão danos, aos de desabrigo, vazio e saudade. Fomos alcançados, muito provavelmente, por aquilo que a psicanálise denomina de "luto de lugar". Mas era necessário que fosse logo superado. Os compromissos e elevadas responsabilidades institucionais exigiam, ao contrário, tenacidade, resiliência e acentuado espírito público de todos os que faziam o Tribunal, em especial de seu corpo diretivo, valores que foram tão bem personificados pela e. Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, então Presidente, a quem rendemos, sempre, as mais efusivas homenagens, por haver cuidado para que as atividades seguissem e se iniciasse o trabalho de reconstrução. "Já não sonho, hoje faço com meu braço o meu viver!", nos ensinam Milton e Fernando Brant sobre as travessias. Renascer era o imperativo que ali e então se colocava...e, com ele, uma oportunidade para que superássemos aquele lamentável episódio e dele ressurgíssemos ainda mais fortes enquanto instituição. O 6 de setembro representou para nós, portanto, um fim e um recomeço. Rememoro, nessa linha, as palavras do e. Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, então Presidente desta Corte (e a quem, de igual modo, consignamos todos os nossos reconhecimento e apreço institucional), proferidas em 27 de janeiro de 2025, quando da reinauguração da sede judiciária, ao aludir que vinhamos nos dedicando a renascer tal qual a fênix mitológica. Depois de mais de 3 (três) anos de nossa acolhida generosa pela Justiça de primeiro grau da Capital, no Fórum Clóvis Beviláqua, o retorno à nossa sede naquele momento foi um passo decisivo para a retomada. Entre os opostos e os extremos: da pandemia (morte e sobrevivência) e do fogo (destruição e ressurreição), tivemos a ventura de seguir e, hoje, celebramos a oportunidade de entregar ao Poder Judiciário, ao Sistema de Justiça e à população do Estado do Ceará um moderno equipamento, capaz de abrigar com conforto a composição plenária de seu mais que sesquicentenário tribunal, à altura da homenagem que se presta aos esforços desbravadores do Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, no longínquo 3 de fevereiro de 1874, quando instalado o então Tribunal da Relação do Ceará e Rio Grande do Norte, com sede em Fortaleza. Estou certo, portanto, que estamos todas e todos felizes e emocionados com esta inauguração. O Tribunal Pleno de março de 2020 era composto por 43 membros, sendo a mais moderna, àquela altura, a Desembargadora Maria do Livramento Alves Magalhães, emérita julgadora que deixou a Corte em setembro de 2025 e que sucedia, na antiguidade, o e. Desembargador Francisco Luciano Lima Rodrigues. Da atual composição da Corte, contamos, portanto, com 25 (vinte e cinco) eminentes colegas, a contar do e. Desembargador José Ricardo Vidal Patrocínio, primeiro empossado por meio de solenidade remota, em 28 de agosto de 2020, que foram investidos no Tribunal sem que tenham experimentado, até a presente data, a oportunidade da convivência fraterna no Plenário. Os meios digitais e a conectividade, estaremos, certamente, todas e todos acordes, foram essenciais para assegurar a manutenção do funcionamento do Tribunal de Justiça durante todo esse período. Somos, afinal, o Tribunal do Promojud (o 1 e, agora, o 2). Nos tornamos o berço de celebradas ferramentas de inteligência artificial. Somos o TJCE da Sara, do Midas, do Berna, do Camaleão e da Auri. São todos, inegavelmente, instrumentos relevantíssimos para nos ajudar a cumprir com êxito nossos crescentes encargos e entregar à população cearense as respostas que espera de todas e todos nós. Mas, **reforço**, são ferramentas ! Embora avancem para moldar, ou melhor, para refundar as relações humanas, laborais e, no limite, o modo de vida (recordo que já fomos a sociedade do espetáculo e, agora, somos a sociedade do cansaço), não devem nos privar do compartilhar de vivências, do contato físico, da oralidade, do olho no olho, do aperto de mãos, do abraço afetuoso. Farei uso, portanto, de um corretivo líquido (e analógico). Em tempo ! Ressalvo a rasura: Somos o TJCE de Fernando, Iracema, Abelardo, Nailde, Emanuel, Durval, Gladyson, Bezerra, Inacio, Washington, Carlos Alberto, Iraneide, Evaldo, Lisete, Nonato, Paulo Airton, Edna, Mário, Tereze, Tarcílio, Fátima, Lígia, Lira, Carneiro, Mauro, Marlúcia, Henrique, Sérgio, Luciano, José Ricardo, Joriza, Carlos Augusto, Evandro, Ilna, Rosilene, Jane, Andréa, Sílvia, André, Everardo, Vanja, Eduardo, Ângela, Helder, Djalma, Jaime, Cleide, Marcos William, Regina, Paulo, Lucídio, Mantovanni, Krentel e Marleide, 54 (cinquenta e quatro) colegas*

com as e os quais tenho o imenso orgulho de compartilhar o Plenário desta Corte neste histórico 18 de setembro de 2026, e de tantos outros magistrados e servidores que dão vida, história e existência ao nosso estimado Tribunal. E reparem, eminentes Pares, como toda essa convivência coletiva, física e presencial é e deve ser o oxigênio deste colegiado. Vivemos em tempos de manifestas (e, para alguns, permanentes, para outros, cíclicas) crises de institucionalidade. Tantos que é mesmo difícil demarcar quando iniciaram ou quando, pendularmente, recrudesceram. E se, nestas quadras, rareiam exemplos de republicanismo, que os possamos dar nós mesmos no cotidiano de nossas atividades e julgamentos. Que este Plenário que hoje se inaugura represente, mais do que uma portentosa obra de engenharia, um locus de argumentação racional, de construção dialética do direito, de respeito à Constituição e às leis, e de acendrado compromisso com o fazer justiça, com a plena consciência de que ela não brota das concepções individuais, solipsistas que cada um dos seus 55 membros possa cultivar, mas antes e decisivamente da soma de tais compreensões. Não partilhamos da ideia de que o julgador tudo pode, desde que convicto de suas próprias boas intenções. Repudiamos o "ativismo judicial" e o "decisionismo" que importam, em última instância, na desvalorização das normas jurídicas como balizadoras dos pronunciamentos judiciais, substituindo-se à interpretação da lei com base na argumentação racional pelas preferências políticas, ideológicas, sociológicas e religiosas do julgador. A magistratura não necessita de heróis ou de celebridades. Precisamos, sim, de juízes e juízas imparciais, éticos, honestos, prudentes, discretos, sóbrios, comprometidos com o trabalho, dotados de sensibilidade social e humanismo, com capacidade de equilibrar a relação entre a razão e o coração no ato de decidir. Parece ser esse o exercício a que nos devemos dedicar diuturnamente, num ambiente em que a divergência e a crítica intelectual respeitosas e urbanas são, mais do que benfazejas, essenciais para a entrega do melhor direito e a distribuição da verdadeira justiça, em especial aos mais vulneráveis, indesejáveis, marginalizados e excluídos. Daí podemos extrair alguns comandos éticos: respeito ao colegiado, primazia da instituição e lembrança de nossas passagem e finitude: esta Corte vem sendo construída desde 1874 e seguirá sendo conosco, apesar de nós e depois de nós. Que tenhamos, portanto, essa consciência e desprendimento a guiar nossas decisões neste Plenário. Confio, com convicção, que o faremos ! Colho desse momento festivo para ressaltar que a entrega que hoje se celebra é fruto de um esforço coletivo, e, nessa condição, devemos fazer o reconhecimento público ao empenho de muitas pessoas e órgãos. Reitero, portanto, a nossa homenagem às gestões da Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira e do Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, com a consciência de que, se chegamos até aqui, tijolo por tijolo, isso é fruto das contribuições acumuladas ao longo dos últimos anos. Registro o agradecimento desta Corte à sensibilidade do Poder Executivo Estadual quanto à indispensável colaboração, por meio da Superintendência de Obras Públicas (SOP), para reerguer a sede do Poder Judiciário. A harmonia ente os Poderes, guiada pelo firme propósito de ofertar melhorias à sociedade, dá mostras, mais uma vez, de que é capaz de resultados grandiosos. O nosso reconhecimento, de igual modo, a todos os devotados servidores e a todas as secretarias do Tribunal que contribuíram para que essa entrega fosse possível, em especial a todos os que fazem a nossa Secretaria de Administração e Infraestrutura, na pessoa do seu titular, Pedro Sampaio, e de sua Diretora de Infraestrutura, Anita Guimarães. Mas gostaria de ir além. Esse espaço que nos impressiona a todos por sua funcionalidade e acessibilidade é fruto do trabalho das mãos calejadas de trabalhadores e trabalhadoras que lutam diariamente por seu sustento e para erguer coisas belas. "Tá vendo aquele edifício, moço?" Aquele colégio, moço? Aquela igreja, moço? Ajudei a levantar. E aquele Tribunal, moço? Eu também trabalhei lá! Que todos eles e elas que ajudaram a construir este Plenário possam aqui entrar, se sentir acolhidos e reconhecer em todos nós o compromisso de nos empenharmos, com a mesma dedicação de que são exemplos, ao propósito maior de distribuir justiça. Finalizo, portanto, proclamando que este é, para nós, um recomeço. E tomo emprestadas as palavras inspiradoras do cancioneiro popular brasileiro e de um seus mestres, Gonzaguinha, para, com ele, lembrar que: "nada foi em vão"..."vida, vamos nós e não estamos sós"... vamos, mais uma vez, recomeçar ! Vida longa a este Plenário, a este Tribunal e a todas e todos nós Muito obrigado !!" Com a palavra, o Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, Presidente, agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Sessão, pelo que lavrou-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai, a seguir, assinada.

Fortaleza (CE), 18 de setembro de 2026.

_____

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

_____

Secretário-Geral Judiciário

Para visualizar a matéria completa, acesse o link https://djea-con.tjce.jus.br/materias/179696 ou realize a leitura do QR-Code ao lado.